

## A HISTÓRIA LITERÁRIA NO SÉCULO XX: O POSITIVISMO E DEPOIS

*Carlos M. F. da Cunha*

Universidade do Minho

Até meados do século XX, a história literária em Portugal deu continuidade às tendências do último quartel do século XIX, o seu momento fundacional, tanto em termos epistemológicos (o positivismo) como em relação à sua função, sobretudo em termos escolares, contribuindo para a formação da «consciência da identidade nacional» nos planos ideológico, ético, cívico e moral. Com as crises do fim da monarquia, da Primeira República e a instauração do Estado Novo (e em particular durante a guerra colonial), assiste-se a um incremento do nacionalismo e do patriotismo na formação escolar, pois apostava-se na educação como factor de regeneração nacional e de difusão da imagem oficial do Império, de cariz épico-colonial. A história da literatura nacional e o seu cânone de grandes autores teve um papel decisivo neste processo identitário.

O positivismo, que teve Teófilo Braga (1843-1924) como protagonista<sup>1</sup>, e a filologia, cuja figura maior foi Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925)<sup>2</sup>, foram decisivos para a construção da his-

1 Destacaram-se também Luciano Cordeiro, Luís Garrido e, em particular, Moniz Barreto.

2 Cf. Maria Graciete Silva (2005: 333-336). Outros cultores de relevo no último quartel do século XIX foram José Leite de Vasconcelos, Francisco Adolfo Coelho e José Joaquim Nunes.

tória literária em Portugal. Esta convergência traduziu-se mesmo na colaboração, que não deixa de ser sintomática, entre Teófilo Braga e Carolina M. de Vasconcelos, que escreveram a *Geschichte der portugiesischen Litteratur*, destinada a ser incluída numa obra enciclopédica de Gustav Gröber (*Grundriss der Romanischen Philologie*, 1894). Teófilo tratou da parte referente à época pós-mirandina até João de Deus (que denominou terceira época). Carolina Michaëlis ocupou-se da Idade Média (até Bernardim Ribeiro). Centrada na literatura medieval e quinhentista, Carolina Michaëlis teve o mérito de construir uma perspectiva nova da Idade Média (que corrigia a de Teófilo), com a edição dos Cancioneiros medievais e a depuração da apocrifia dos textos pretensamente fundadores da literatura portuguesa (as «reliquias»), que Teófilo nunca desacreditou.

Esta repartição de tarefas assinalava os limites da filologia (que ficava um pouco aquém da história literária) e as debilidades do positivismo (que, ao contrário das suas linhas programáticas, tinha bases pouco seguras). Dito de outro modo: parece evidente que Teófilo começou cedo demais, porque lhe faltava a filologia e o seu trabalho editorial e crítico. Foi em parte devido a esse facto que elaborou sínteses sem sustentação e improvisou (para não dizer «inventou») em demasia. Por outro lado, a filologia estava longe de ter à sua disposição os trabalhos preparatórios necessários para elaborar uma história da literatura portuguesa consistente (edições críticas, estudos sobre épocas e os autores), projecto que ficou em suspenso quando a história literária ficou «sob suspeita». A análise imanente dos textos de matriz formalista-estruturalista (tal como no *new criticism* anglo-americano) substituiu, de modo geral, os estudos de história literária. Por isso, como sublinha José Augusto Bernardes, a história literária em Portugal permanece «um projecto inacabado» (1997: 1038).

A história literária positivista centrou-se sobretudo na pesquisa de factos, orientando a sua narrativa com base na história política

e na biografia dos autores, concedendo às obras literárias o estatuto de mero documento. A filologia, por seu turno, procurou descobrir e estabelecer com rigor os textos antigos, sobretudo medievais e do século XVI, tendo contribuído de forma decisiva para a publicação dos Cancioneiros medievais, quase desconhecidos até 1873, processo que terminou em 1904 com a edição crítica do *Cancioneiro da Ajuda* por Carolina de Vasconcelos, que procedeu à edição crítica de outras obras (Bernardim Ribeiro, Cristóvão Falcão, poesias de Sá de Miranda).

O próprio Teófilo reconheceu que o seu trabalho só pôde desenvolver-se, numa segunda fase, devido aos «novos trabalhos filológicos» que conduziram à publicação dos *Cancioneiros* (Vaticana, «Colocci-Brancutti», Ajuda, Garcia de Resende), das obras de Gil Vicente (José Gomes Monteiro e Barreto Feio), das edições críticas de Camões (Visconde de Juromenha), Sá de Miranda (Carolina de Michaëlis), António Prestes, Cruz e Silva e Bocage. Foi esse labor filológico que permitiu estabelecer um estudo mais rigoroso das «origens tradicionais» da literatura portuguesa, banindo a imagem idealizada e não fundamentada da Idade Média até então produzida, que assentava nos *Romanceiros* e nas «reliquias» apócrifas. Por outro lado, Teófilo refere a importância da produção de novos trabalhos científicos em vários domínios (etnografia, glotologia, filologia oriental e românica, pedagogia, história da arte nacional e história política), que lhe terão possibilitado, segundo afirma, o estabelecimento de noções críticas fundamentais, com base na «sistematização positivista». Pela sua influência, a perspectiva de Teófilo Braga merece aqui uma síntese alargada, antes de prosseguirmos com esta breve «história da história literária».

O magistério de Teófilo Braga prolongou-se até ao primeiro quartel do século XX, fase em que escreveu a terceira e última versão da sua *História da Literatura Portuguesa*, entre 1909-1918 (que

João Palma-Ferreira reeditou em 1984), na qual ainda trabalhava quando faleceu, em 1824 (escrevia o volume sobre o Romantismo, que deixou inacabado). Pelo seu trabalho sistemático e persistente, como realça Jacinto do Prado Coelho, é «o extraordinário cabouqueiro da História da Literatura Portuguesa» (1969: 11). Se o «primeiro Teófilo» criticava a literatura portuguesa, que considerava imitativa e decadente, o «último Teófilo», na sua terceira versão da *História da Literatura Portuguesa*, exalta-a, ao considerá-la «uma das forças morais que sustentam a nacionalidade e a autonomia de Portugal» (1984 [1909]: 60). Ao mudar a sua perspectiva, aderindo ao positivismo comtiano e à sua ideia de latinidade ocidental, contribuiu para a substituição de uma consciência decadentista, herdada de Herculano e da Geração de 70, por um nacionalismo positivista de raízes populares e tradicionalistas, que marcou (ironia do destino) o próprio Integralismo Lusitano (António Sardinha chegou a considerá-lo um «mestre da contra-revolução», atitude de que veio a arrepender-se).

Após a sua adesão ao positivismo, Teófilo procedeu à articulação entre o elemento individual (o escritor) e o colectivo (o povo) sob a égide da nação, atribuindo ao escritor a função de elaborar a síntese das tradições nacionais ao longo da história. A literatura de um povo é assim concebida como um vasto organismo que opera em função de elementos estáticos e dinâmicos. Para Comte, a base estática da existência social é a ordem, sendo o progresso, nas suas transformações, o efeito dinâmico da evolução histórica. Justificando-se, Teófilo Braga refere que Stuart Mill adoptou esta base para a sua Lógica, e por isso pensa que, «A exemplo de Mill, pode este critério ser aplicado à Literatura, que, como produto social, participa desta dupla condição de existência» (1984 [1909]: 125), com uma parte estática, que inclui a Raça, a Tradição, a Língua e a Nacionalidade, e uma parte dinâmica, evolutiva e progressiva,

reflectida pelos escritores individuais, que dão a expressão sintética aos elementos estáticos, «reflectindo a marcha da corrente histórica» (*id.*: 126). Apropriando-se do modelo biológico, diz que os elementos estáticos «São, por assim dizer, o organismo, em que se elaboram as funções ou criações literárias» (*id.*: 125). A Literatura processa assim, através dos seus grandes escritores, a síntese afectiva dos povos e das suas tradições. Mas a raça acaba por absorver e dominar todos os factores estáticos.

A inserção da literatura portuguesa no espaço da latinidade e os estudos da história da poesia popular meridional conduzem-no a uma reformulação das suas origens (num longo recuo histórico), com a consequente reestruturação de toda a sua narrativa da literatura portuguesa, fundamentada no discurso etnológico. A «invenção da tradição» nacional acaba por ser uma constante reinvenção teofiliana, que se traduz numa rearticulação discursiva permanente, acabando o sujeito da diegese, o *ethos* nacional, por receber no início do século XX a sua versão definitiva com o lusismo, em luta histórica com o castelhanismo (começou por afirmar que tínhamos origem céltica, depois adoptou a tese moçárabe, seguindo-se a hipótese ligúrica). Finalmente, Teófilo encontrava as duas raças antagonicas que no modelo tainiano e na historiografia de Thierry subjaziam à história de qualquer nacionalidade.

Encontrada a linhagem lusa, Teófilo passa a explicar a história de Portugal e da literatura portuguesa como um fenómeno de «revivescência» do lusismo (em oposição a um «iberismo» absorvente e opressor), que se teria manifestado na própria fundação da nacionalidade. A persistência histórica da autonomia nacional face à Espanha só se explicava, segundo Teófilo, pela existência e pela energia vital da raça lusa (1984 [1909]: 155). O mesmo se aplica à compreensão da literatura portuguesa, que «nasceu dos germes da tradição da raça e do ideal da acção histórica» (*ibid.*), sendo um «fenómeno social

simultâneo com o estabelecimento da nacionalidade» (*id.*: 171), que ao longo da história deu expressão ao «ethos» nacional, «nas criações artísticas, nas formas literárias, reflectindo a sentimentalidade, o espírito de aventura, e a resignada esperança nunca extinta na alma portuguesa.» (*id.*: 61).

Nesta lógica, a regeneração do país só era possível mediante uma reactivação do «lusismo», o que a geração liberal teria realizado ao celebrar Camões, que é, segundo Teófilo, «o melhor estímulo para uma revivescência nacional.» Porém, as alterações constitucionais seguintes e a Regeneração teriam conduzido a uma nova «obliteração do sentimento de pátria» (1896: 172). Era por isso necessário, deduz Teófilo, reorientar a história na direcção do lusismo que sempre presidira à acção nacional. Com a «invenção do lusismo», a história da literatura portuguesa transformou-se na história da expressão da raça lusa.

Quando Fidelino de Figueiredo (1889-1967) iniciou o seu labor no domínio da história literária, como o próprio declara, «só dois mestres de primeira categoria se assinalavam no meio da geral indiferença: Teófilo Braga, com a sua concepção histórica e sociológica, biográfica e política; e D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, com sua orientação filológica e as suas preferências medievalistas e quinhentistas. O positivismo limitava a crítica do primeiro, mas a erudição germânica ampliou a da segunda e deu-lhe aquela segurança metódica, por todos reconhecida.» (1944a: 7-8).

Se o combate ao positivismo e a Teófilo Braga ocupa uma parte considerável da obra de Fidelino (cf. Martins, 2007), a filologia é desde logo secundarizada devido à sua especificidade. Como já observara três décadas antes, porque os medievalistas são sobretudo filólogos e recenseadores, «O estudo das litteraturas medievaes constituiu, por isso, uma especialidade distincta.» (1917: 147). É segundo esta lógica que justifica a não inclusão de Carolina de Vasconcelos na

sua *Historia da Crítica Literária em Portugal*<sup>3</sup>. Estava assim aberto o caminho para proclamar o seu papel renovador.

Em contraposição aos pioneiros referidos, Fidelino defendia um projecto de história literária marcado pela abordagem estético-literária (1941, 1944), valorizando acima de tudo a obra literária. A sua orientação crociana, visível já em *A Crítica Literária como Ciência* (1912), levou-o mesmo a traduzir o «Breviário de Estética» em 1914:

«diligencieei estabelecer o predomínio da obra de arte literária sobre o seu quadro histórico e social, sobrepor a interpretação crítica às minúcias biográficas dos autores e ventilar problemas de metodologia da crítica e da filosofia da literatura – todo esse longo caminho, que vai da *Crítica Literária como Ciência* à *Luta pela Expressão*.» (1944a: 8).

Fidelino reclama assim um estatuto de fundador da moderna história literária, sob a forma da preterição: «Como difere a situação actual de tais estudos, da que encontrei em 1910! Poderia dar-me ares, repetindo exclamação paralela à de Herculano no prólogo das suas *Lendas e Narrativas*, acerca do romance histórico em Portugal.» (*id.*: 8-9). Mas esta opção pela dimensão estética é um lance decisivo, de tal modo que Fidelino se interroga sobre a pertinência da edição desta *História Literária de Portugal*, pela qual quase pede desculpa (sublinha que é apenas uma «recapitulação»), mesmo que o faça de novo com o auxílio de uma figura retórica:

«Uma dúvida se me levanta agora no ânimo. Este é um livro de recapitulação – recapitulação de um velho panorama histórico-literário, com

3 «Não nos ocupamos dos trabalhos da eminente romanista Sr<sup>a</sup> D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, porque, sendo a sua obra predominantemente de philologia e de critica textual, não tinha aqui legitimo cabimento, de harmonia com o plano previamente estabelecido para esta monographia e com a nossa noção de critica litteraria.» (1917: 181).

sua arrumação de planos e sua hierarquia de valores. Será também um livro oportuno, isto é, em acordo com as tendências da época?» (*id.*: 9).

Esta estratégia faz com que a obra pareça «póstuma» em relação ao autor que assina o «Pequeno Prólogo», que se distancia do género discursivo a que a obra pertence. Aliás, torna-se evidente que a partir dos anos trinta Fidelino «troca» o estudo da história da literatura portuguesa (de que buscou uma história alternativa à de Teófilo) em favor do ensaísmo filosófico-literário, centrado na análise estética das obras literárias, da alta literatura enquanto criação individual (cf. Maria G. Silva, 2005: 338 ss.).

Esta orientação de Fidelino de Figueiredo vai de encontro à crítica literária exercida pelo grupo da *Renascença Portuguesa* e à *geração da Presença*, que defendia a crítica baseada na empatia do leitor: José Régio, Adolfo Casais Monteiro e João Gaspar Simões (pela mediação da biografia). Como sublinha Aguiar e Silva, «é indubitável que, nas quatro primeiras décadas do século XX, ninguém como ele [Fidelino], no âmbito dos estudos literários em Portugal, foi um espírito tão moderno e inovador.» (2007: 9).

Em termos genéricos, podemos dizer que o processo de renovação da história literária começou por volta de 1950, década em que se desenham três novas tendências, que ainda hoje têm um papel importante: a valorização da dimensão estética das obras literárias e da sua leitura imanente, sob a égide da estilística, marcada pelo influente magistério de Jacinto do Prado Coelho (1920-1984)<sup>4</sup> – legado em

4 Destacam-se a *Introdução ao Estudo da Novela Camiliana* (1946, Coimbra) e *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa* (1949, 2ª ed. refundida). O seu magistério marcou Maria de Lourdes Belchior (1923-1998), que adoptou a estilística de Leo Spitzer e Dámaso Alonso, como é visível, por exemplo, no *Itinerário Poético de Francisco Rodrigues Lobo* (1959).

parte pela lição renovadora de Vitorino Nemésio<sup>5</sup> –, que se centrou no estudo da literatura moderna e contemporânea; a articulação da história da literatura com a história cultural<sup>6</sup>; a intersecção da história literária com a história social e política, de pendor marxista, de Óscar Lopes e António José Saraiva (numa primeira fase)<sup>7</sup>.

Na Universidade de Lisboa, esta transição da história literária positivista para o domínio da história cultural dá-se em grande parte devido ao labor de Hernâni Cidade, discípulo e sucessor de Teófilo Braga na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Segundo o testemunho de Jacinto do Prado Coelho, «a sua actividade, fecundís-

5 Vitorino Nemésio (1901-1978), na sua dissertação de doutoramento sobre *A Mocidade de Herculano* (1934), apoia-se em parte na erudição histórico-cultural e no estudo da biografia dos escritores (numa certa perspectiva romântico-existencial), mas valoriza muito a importância do gosto pessoal e o papel da(s) leitura(s) em termos hermenêuticos.

6 A. Machado Pires, em *A Ideia de Decadência na Geração de 70*, diz que seguia a perspectiva histórico-cultural do orientador, Jacinto do Prado Coelho, com base no magistério de V. Nemésio (Pires, 1980: 8-9).

7 Nesta análise não entram, assim, os inúmeros manuais de história da literatura portuguesa que tinham como objectivo principal o mercado escolar. Na realidade, poucos tiveram uma influência dominante, embora mereça destaque, na linha positivista, a obra de Mendes dos Remédios (1867-1932): *História da Literatura Portuguesa desde as Origens até à Actualidade* (1908; 6ª ed. em 1930, refundida e acrescida de uma «Antologia de Prosa e Poesia Portuguesa desde o século XII até à actualidade»). Já tinha publicado em 1898 uma *Introdução à História da Literatura Portuguesa*, referente às «literaturas» greco-latina e à história da língua portuguesa (4ª ed. de 1929). Como sublinha João Palma-Ferreira, a sua *História da Literatura Portuguesa* é mais um guia didascálico para as escolas do que propriamente um tratado com outras ambições e que obedece à evidência da teoria evolucionista que se faz sentir em Brunetière (1984: 53). Considera-o mesmo vítima da intoxicação nacionalista e o ideólogo das futuras gerações que reagiriam à República de 1910 (1986: 193).

A *História da Literatura Portuguesa Ilustrada* (4 v.l.s., 1929-1942), coordenada por Albino Forjaz de Sampaio, dá uma certa continuidade a Mendes dos Remédios. A novidade da obra parece estar mesmo no facto de ser ilustrada (cf. Palma-Ferreira, 1986: 264-5). Merecem ainda destaque as *Lições de Literatura e Cultura Portuguesas* (1939), de Hernâni Cidade e a obra de síntese de Fidelino de Figueiredo (1944a). Para uma referência mais exaustiva a estes manuais cf. João Palma-Ferreira (1986).

sima, paralela à de Fidelino de Figueiredo, assinala uma nova fase na História da Literatura Portuguesa: cerceou a importância excessiva atribuída por Teófilo aos factores políticos na explicação dos factos literários; restringiu a bibliografia àquilo que realmente interessa para entendermos a personalidade e a obra dos escritores»; «deu mais atenção aos elementos estéticos, ao Estilo»; «pôs o acento tónico na psicologia dos autores, na sua experiência biográfica e vida interior, nas relações com o movimento cultural de cada época, particularmente na esfera da cultura literária.» (1984, 1º vl.)<sup>8</sup>.

Esta tendência teve também uma forte expressão na Universidade de Coimbra, a par da influência de dois professores nas primeiras décadas da Faculdade de Letras: a erudição filológica de Carolina Michaëlis e o positivismo de Mendes dos Remédios. Álvaro Júlio da Costa Pimpão (1902-1984) deixou incompleto o seu projecto de uma *História da Literatura Portuguesa* (publicou o volume referente à Idade Média em 1947)<sup>9</sup>, mas o seu magistério marcou uma geração de investigadores notáveis, que produziram, entre outros, um conjunto de estudos sobre diversos períodos literários e estilos de época<sup>10</sup>.

8 Entre outros aspectos, destaca «o culto dos valores nacionais» (um «patriotismo esclarecido»), a valorização da «literatura-expressão» e não da literatura como diversão, o facto conceder importância à liberdade criadora do escritor (subestimando a dependência da dimensão sócio-económica), a aproximação entre a literatura e as artes plásticas, o «interesse pelos valores humanos individuais», pelos grandes homens e pela condição humana, em termos universais.

9 Para outras obras de A. J. da Costa Pimpão cf. João Palma-Ferreira (1986: 314-5).

10 Aida Dias dedicou-se ao estudo da Idade Média, destacando-se a sua dissertação sobre *O Cancioneiro Geral e a Poesia Peninsular de Quatrocentos. Contactos e Sobrevivência* (1978); Vitor M. de Aguiar e Silva produziu duas teses marcantes sobre o Classicismo (*Para uma Interpretação do Classicismo*, 1962) e o Maneirismo e barroco na poesia lírica portuguesa (1971); Aníbal Pinto de Castro estudou a *Retórica e Teorização Literária em Portugal (Do Humanismo ao Neoclassicismo)* (1973); Ofélia Paiva Monteiro centrou-se no período romântico (*A Formação de Almeida Garrett. Experiência e Criação*, 1971); José Carlos Seabra Pereira dedicou-se ao *Simbolismo e Decadentismo na Poesia Portuguesa* (1975) e ao

A terceira tendência que assinalámos foi inaugurada por Óscar Lopes e António José Saraiva. Óscar Lopes pertenceu à geração que nos anos 40, nas páginas da *Seara Nova* ou na revista *Vértice*, defendia uma arte comprometida e teorizada a partir das coordenadas ideológicas do marxismo dialéctico (Mário Dionísio, Mário Sacramento, Álvaro Cunhal e Joaquim Namorado). É assim indissociável da teorização e da prática literárias do neo-realismo e da sua análise crítica. Dotado de uma formação diversificada, tenta articular a sua perspectiva marxista dialéctica (omnipresente nas partes introdutórias de cada capítulo da *História da Literatura Portuguesa*) com análises de pendor estilístico. Como sublinham os autores que coordenaram a obra de homenagem *Sentido Que a Vida Faz*, Óscar Lopes caminha «pendularmente entre a micro-análise e as grandes sínteses.» (1997: 16). Em suma, «O texto é visto como teatro do mundo, e a leitura expõe os múltiplos jogos sociais em que o homem se vai definindo entre o passado que persiste e um futuro que se enuncia como possibilidade.» (*ibid.*).

António José Saraiva (1917-1993)<sup>11</sup>, que conviveu de modo particular com Óscar Lopes no Liceu Pedro Nunes, partilhou com ele o entusiasmo pela sociologia da cultura de raiz marxista (entre 1940 e 1960 aproximadamente)<sup>12</sup>, perspectiva que abandonou desde 1970-80, como declara no «Prólogo» do primeiro volume de *A Cultura em*

*Neo-Romantismo na poesia portuguesa: 1900-1925* (1999, 2 vl.s.); Carlos Reis elaborou a sua dissertação sobre *O Discurso Ideológico do Neo-Realismo Português* (1983); José Augusto Cardoso Bernardes ocupou-se da *Sátira e lirismo no teatro de Gil Vicente* (1996).

11 Até à sua saída para o estrangeiro, em 1960, publicara já uma vasta obra, de que se podem destacar a *História da Cultura em Portugal* e *Para a História da Cultura em Portugal*. Em 1962, já no exílio, manifestou a sua discordância relativa ao Partido Comunista Português.

12 Em depoimento autobiográfico concedido ao *Jornal de Letras*, Óscar Lopes diz que esta obra «nasceu de uma amizade afinal esteada sobre uma discussão permanente, que por vezes até meramente encenávamos, para experimentar razões e perspectivas: tu jogas com as pedras brancas, eu com as pretas, e depois trocamos (antes de 1943 e depois de

*Portugal*, subtítulo «Introdução Geral à Cultura Portuguesa». Foi esta a razão que o levou a não reeditar a *História da Cultura em Portugal* (1950-62; 3 vols), interrompida quando foi obrigado a partir para França, como confessa, apesar de «aproveitar os materiais nele reunidos.» (1996: 6 [1981]):

«A obra foi planeada como uma extensão aos temas da cultura dos métodos da história económico-social. Mas no decurso da obra fui obrigado, pela própria matéria, a desviar-me desses métodos e da doutrina que lhes está subjacente, em última análise, a doutrina marxiana das supra-estruturas. Como é possível estabelecer o nexó necessário entre a economia portuguesa do século XVI e, por exemplo, Camões? E que explicação socioeconómica há para o facto de Fernando Pessoa se ter manifestado no primeiro terço do século XX em Portugal?»

Foi a reflexão sobre esta experiência que me levou à conclusão de que os métodos da socioeconomia são totalmente estereis e até extraviantes quando aplicados aos factos da cultura.» (*id.*: 5).

Se é verdade que a história literária é produzida em sede institucional (nas universidades e no ensino liceal), não deixa de ser relevante observar que alguns dos grandes impulsos de renovação

cerca de 1965, não era preciso encenar; estávamos mesmo em campos opostos, mesmo em sensibilidade estética» (Lopes, 1993: 19).

Óscar Lopes publicou em parceria com Júlio Martins, umas *Lições Elementares de Literatura Portuguesa*, na Editora Avelar (1940) (com várias edições ulteriores pela Didáctica) e uma *Breve História da Literatura Portuguesa* (1945), na Avelar (e depois na Didáctica). A *História da Literatura Portuguesa*, em co-autoria com António José Saraiva, foi publicada em 1955 (Empresa Literária Fluminense), e depois editada pela Porto Editora (Óscar Lopes assume, através de uma «Observação» inicial, a responsabilidade em relação à Época Contemporânea. Sobre a divisão de tarefas cf. O. Lopes, 1993. Por outro lado, António José Saraiva já tinha publicado em 1949 uma *História da Literatura Portuguesa* nas Publicações Europa-América (a 7ª ed. data de 1963).

da história literária vieram de autores que, por incompatibilidade com o «Estado Novo», leccionaram no estrangeiro, como Fidelino de Figueiredo, António José Saraiva e Jorge de Sena, ou no ensino liceal, como sucedeu com Óscar Lopes até 1974.

Jorge de Sena (1919-1978), engenheiro de formação, foi professor universitário de literatura portuguesa no Brasil e nos E.U.A. e desenvolveu uma relevante teorização crítica acerca da história literária. No «Ensaio de uma Tipologia Literária» refere a atitude dos escritores e de críticos que tentavam então ultrapassar a historicidade de termos como «clássico», «romântico», etc., o que era, no seu entender, um sintoma «de um desejo bem curioso de escapar ao tempo» (1977: 24-5 [1959]). Porque postula uma concepção histórica das actividades humanas, denuncia uma «dupla fuga à História vista como transformação progressista (...) e à História vista como descrição inútil», que se traduzem ora «num cientismo estetizante (que isola os homens do *seu* mundo)», ora num «espiritualismo transcendentalista (que os isola do *nosso*).» (*id.*: 27). Por outro lado, em dois estudos de 1970 critica alguns conceitos presentes na história literária que considera inadequados e prejudiciais: «O erro fundamental da historiografia literária está no critério ao mesmo tempo *evolucionista e nacional*, em que ela se tem baseado, criando ficticiamente, à escala de um país ou de uma língua, uma imaginária unidade evolutiva.» (1977: 189); «Ainda outro erro (...) é a exageração com que são tratados, relativamente, *vultos excepcionais*, em função dos quais são então julgados os vultos menores. (...) Só no conjunto de todas as suas manifestações pode uma época ser compreendida.» (*id.*: 207-8).

A partir dos anos 50 e 60 acentua-se a tendência que concede a primazia à dimensão estética das obras literárias e da sua leitura imamente, desta vez porque se começa a desenhar no campo dos estudos literários um panorama dominado pela Teoria da Literatura, introduzida nas Faculdades de Letras com a Reforma Leite Pinto, de 1957,

por sugestão de Jacinto do Prado Coelho (Decreto-Lei nº 41341, de 30/10/1957). Uma tal inovação não implica, *ipso facto*, o abandono da história literária. Vítor M. Aguiar e Silva, por exemplo, um nome fundamental nesta área disciplinar, procurou sempre conciliar a historicidade com a teorização literária. No entanto, a orientação imanentista do paradigma formalista-estruturalista revelou-se pouco compatível com a história literária tradicional, que desafiou abertamente. Como sublinha João Barrento, dominavam então as tendências anti-históricas: a estilística romântica (L. Spitzer, H. Hatzfeld, D. Alonso), o *new criticism*, a fenomenologia literária, a arte da interpretação (Wolfgang Kayser) e a linguística estruturalista (1986: 17). No seu entender, o estruturalismo e a semiótica nos anos setenta não permitiram um método histórico dialético e não redutor em Portugal (*id.*: 22).

Revelador deste processo de renovação foi a publicação em 1952 do ensaio de Jacinto do Prado Coelho sobre a «Problemática da história literária» (nesta primeira versão chamava-se «História da Cultura e História da Literatura»), que em termos teóricos põe em questão a oposição binária entre «literatura como arte» e «literatura como documento», entre crítica (estilística) e história (da cultura), que deseja superar, defendendo que se deve historiar o estético. No entanto, nos estudos que acompanham este texto em *Problemática da História Literária*, apesar de voltados para a modernidade literária (do romantismo ao século XX, v.g. Pessoa), J. Prado Coelho centra-se sobretudo nos autores e pratica uma análise intrínseca (temático-existencial). Como confessa no prefácio da segunda edição (s/d), na altura ainda não descobrira os formalistas russos, o *new criticism* norte-americano, e o estruturalismo estava para nascer, pelo que o que o norteava nos anos 50 era a estilística de Dámaso Alonso e Leo Spitzer. Pensa, mesmo assim, que estava no bom caminho, isto é, «em demanda duma crítica e duma história especificamente literárias,

quero dizer: da literatura como realidade *sui generis* » (s/d: 9). Como faz questão de sublinhar, não é anti-historicista, mas problematiza a história literária de um modo que nos evoca textos famosos de René Wellek (1949, 1982), Roland Barthes (1960) e o título sugestivo de David Perkins (*Is Literary History Possible ?*, 1992), em que é a própria possibilidade da história literária que está em causa:

«apenas encarei de modo problemático a história da literatura, convencido de que só em certo sentido é a literatura objecto historiável: na exacta medida em que se prende à história das ideias, em particular das ideias literárias, à história duma sociedade ou de grupos sociais, à história (biográfica) dos autores, ou ainda na medida em que as leituras da obra literária se vão sucedendo no tempo, condicionadas por diferentes conjunturas sócio-culturais e mutuamente se influenciando.» (*id.*: 9-10).

Salienta ainda que a análise literária passou do eixo autor-obra (génese) para o eixo obra-leitor, o que gera uma «relação entre uma estrutura 'objectiva' e uma subjectividade co-laborante, re-criadora», sem no entanto deixar de referir que «o estudo dos textos tem de apoiar-se numa poética de base linguística.» (*id.*: 10). Relata ainda o seu conhecimento da então emergente Estética da Recepção, que faz com que exista uma convergência entre a história e a crítica (*id.*: 12). De resto, este longo ensaio problematiza, como o título indica, a condição da história literária, em geral, e da história da literatura portuguesa, em particular:

«O que entre nós, como lá fora, se chama História Literária não passa, habitualmente, de História da Cultura que dá relevo mais ou menos acentuado à realidade literária: biografias dos autores e análise interna e externa das obras. Este género híbrido é uma fonte permanente de equívocos; a matéria não elaborada esteticamente, as ideias

de moralistas e pedagogos e a boa informação dos historiadores aparecem no mesmo plano que as autênticas obras literárias, entendida a Literatura como Arte. Um Damião de Góis, um Verney, um Fortunato de Almeida figuram a par dum Gil Vicente, dum Garrett, dum Camilo Pessanha. Os escritores são ambigualmente valorizados ora como personalidades práticas, pelas suas ideias e acções, ora como personalidades estéticas.» (s/d: 36-7).

Em suma, esquece-se a dimensão literária dos textos: «Em vez de História Literária, faz-se História de pessoas, História de ideias e instituições, à margem das obras; relega-se a verdadeira Literatura para segundo plano, dá-se-lhe função meramente ancilar. História literária digna desse nome seria aquela que nada encerrasse que não contribuisse para a mais completa compreensão e o mais exacto julgamento das obras literárias enquanto obras estéticas. Seria, efectivamente, uma história da literariedade, instituída por Jakobson como objecto específico da ‘ciência da literatura’ » (*id.*: 38).

Em síntese, critica o facto de as histórias da literatura não distinguirem o literário do não-literário, de darem demasiada importância as obras sem qualidade estética em vez de se centrarem nas obras-primas, o que gera a sua heterogeneidade e duplicidade de critérios, facto evidenciado de modo particular na periodologia, que se apoia em cronologias político-culturais (ora segundo critérios nacionalistas, ora com base em comparações constantes com as literaturas neolatinas), que não conseguem circunscrever a temporalidade e a especificidade da literatura (o cronótopo da literatura) e se regem por critérios estranhos ao campo literário (étnicos, geográficos, etc.) (*id.*: 39-53). Daí que destaque a necessidade da realização de estudos histórico-culturais (relação entre culturas e nações, entre artes, literatura culta e popular, filosofia, folclore, etc.) (*id.*: 53).

Tais ideias, apesar da ruptura que buscavam introduzir, não implicaram o abandono das práticas discursivas anteriores (o próprio J. Prado Coelho faz uma espécie de *mea culpa*, defendendo-se com o «amor da literatura»; s/d: 13-4) nem impediram a sua coexistência com as novas orientações. Herculano de Carvalho, por exemplo, em *Crítica filológica e compreensão poética* (1973 [1968]), defendia um retorno à filologia, que considera como o alicerce dos estudos literários, não obstante reconhecer «que o objecto do estudo literário é a obra literária em si mesma ou, mais precisamente, os valores estéticos de que essa é portadora, e que tal verdade ficou muitas vezes esquecida pelos filólogos e historiadores das passadas gerações, que abafavam a obra e a escondiam debaixo da montanha de eruditos comentários.» (1973: 9-10).

Hoje, num momento de claro retorno da história literária, em novos moldes<sup>13</sup>, merece destaque o projecto colectivo de uma *História da Literatura Portuguesa* (7 vl.s; Publicações Alfa), o que é por si só enriquecedor, porque possibilita uma orientação pluralista. Sublinhe-se o facto de no 7º vl., intitulado «As Correntes Contemporâneas» (2002), os coordenadores, Óscar Lopes e Maria de Fátima Marinho, terem optado por dividir os momentos posteriores a 1950 por décadas (cada uma dividida em poesia e ficção; um balanço do teatro é feito em apartado final). Se é verdade que tal metodologia mostra a dificuldade em narrar o passado recente (em especial quando escasseiam os movimentos literários mais ou menos organizados), não é menos verdade que se fosse alargada a todos os períodos literários (com cronologias «neutras»), permitiria uma audaciosa renovação

13 Destacamos o «modelo enciclopédico» da história literária (pós-moderno, segundo D. Perkins, 1992), de que são exemplos principais *A New History of French Literature* (Denis Hollier, ed., 1989, Harvard U. P.) e a *Columbia Literary History of the United States* (Emory Elliott *et alii*, ed.s, 1988, Columbia U. P.).

(mais ou menos iluminadora, com maior ou menor «cegueira») da história da literatura em Portugal.

Não podem também ser esquecidos os meritórios trabalhos que foram desenvolvidos na área do comparatismo literário, em articulação com a Estética da Recepção, embora sem a pretensão totalizadora de uma «história comparativa da literatura», que poderia ser outra linha inovadora<sup>14</sup>. No entanto, como sublinha José A. Cardoso Bernardes, no domínio da história literária vive-se em Portugal uma situação dilemática, na medida em que ela permanece um projecto inacabado (entre a tradição e a procura da renovação)<sup>15</sup>. Talvez isso explique o facto de permanecerem inexploradas entre nós novas formas de historiografia literária, como o modelo «enciclopédico» (v.g. *A New History of French Literature*, Denis Hollier, ed., 1989) ou o «espacial», baseado na «geografia pós-moderna»<sup>16</sup>.

14 Cf. José A. Cardoso Bernardes (1997: 1036-7).

15 Assim, ora se vê forçada a dar continuidade ao seu projecto matricial (a investigação monográfica centrada nos autores, períodos e géneros literários), ora procura acompanhar a tendência de aprofundamento hermenêutico e intercultural que os historiadores da literatura adoptaram hoje como base de trabalho, visando a integração do saber literário em sistemas cada vez mais alargados que pressupõem a abertura a metodologias comparatistas e transdisciplinares (1997: 1038).

16 Merece aqui relevo o projecto ambicioso do «Coordinating Committee for Comparative History» da Associação Internacional de Literatura Comparada, que concede um relevo particular à espacialidade e à dimensão geocultural. Estão já editados os seguintes trabalhos: Cornis-Pope, Marcel e Neubauer, John (eds.) – *History of the Literary Cultures of East-Central Europe: Junctures and disjunctures in the 19th and 20th centuries*, 3 vl.s (2004, 2006 e 2007), Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.); Valdés, Mario J. e Kadir, Djelal (ed.s) (2004) – *Literary Cultures Of Latin America : A Comparative History*, 3 vl.s (Oxford: Oxford U. P.).

## BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1997) – *Sentido Que a Vida Faz. Estudos Para Óscar Lopes*. Porto: Campo das Letras.
- AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel de (2007) – «Prefácio» a MARTINS, José Cândido (2007), pp. 9-10.
- BARTHES, Roland (1979)- «Histoire ou littérature ?», *Sur Racine*. Paris: Seuil [1960], pp. 137-57.
- BARRENTO, João (1986) – *História Literária – problemas e perspectivas*. Lisboa: apáginastantas.
- BERNARDES, José Augusto (1997) – «História literária», *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa/São Paulo: Verbo, pp. 1024-1038.
- BRAGA, Teófilo (1896) – *Introdução e Theoria da Historia da Litteratura Portuguesa*. Porto: Livraria Chardron.
- (1984) – *Historia da Literatura Portuguesa – Idade Média*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda [1909].
- CARVALHO, J. Herculano (1973)- *Crítica filológica e compreensão poética*, 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais.
- COELHO, Jacinto do Prado (s/d)- *Problemática da História Literária*, 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Ática.
- (1969) – «Nota Preliminar» a Camilo Castelo Branco (1969)- *Esboços de Apreciações Literárias*, 5ª ed. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, pp. 5-23.
- (1984) – «Prefácio» a CIDADE, Hernâni (1984)- *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 1º vl. (séculos XV, XVI e XVII), 7ª ed. corrigida, ampliada e actualizada. Coimbra: Coimbra Editora, L.da [1975].
- CUNHA, Carlos M. F. da (2002) – *A construção do discurso da história literária na literatura portuguesa do século XIX*. Braga: Universidade do Minho/ Centro de Estudos Humanísticos.
- FIGUEIREDO, Fidelino de (1917) – *Historia da Critica Litteraria em Portugal. Da Renascença á Actualidade*, 2ª ed., revista. Lisboa: Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira [1916].

- (1941) – *Aristarchos. Quatro conferencias sobre Methodologia da Critica Litteraria*, 2ª ed., revista e precedida de dois estudos de Tristão de Athayde. Rio de Janeiro: Liv. H. Antunes [1939].
- (1944) – *A Luta pela Expressão. Prolegómenos para uma Filosofia da Literatura*. Coimbra: Nobel.
- (1944a) – *História Literária de Portugal (Seculos XII a XX)*. Coimbra: Nobel.
- LAUREL, Maria Hermínia Amado (2001) – *Para uma história da história literária na universidade portuguesa: alguns perfis*. Universidade de Aveiro.
- LOPES, Óscar (1993) – «A nossa História da Literatura», *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, n.º 560 (30/3/1993), p. 19.
- LOPES, Óscar e SARAIVA, António José (1996) – *História da Literatura Portuguesa*, 16.ª ed., corrigida e actualizada. Porto: Porto Editora.
- MARTINS, José Cândido de Oliveira (2007) – *Fidelino de Figueiredo e a crítica da teoria literária positivista*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PALMA-FERREIRA, João (1984) – «Prefácio» a BRAGA, Teófilo (1984 [1909]), pp. 7-56.
- (1985) – *Literatura Portuguesa – História e Crítica*, vl. I. Lisboa: IN-CM.
- (1986) – *Subsídios para o Estudo da Evolução da História e Crítica da Literatura Portuguesa*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- PERKINS, David (1992) – *Is Literary History Possible?*. Baltimore/London: The Johns Hopkins U. P.
- PIRES, António Machado (1980) – *A Ideia de Decadência na Geração de 70*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- SARAIVA, António José (1996) – *A Cultura em Portugal. Teoria e História. Livro I: Introdução Geral à Cultura Portuguesa*, 2ª ed. Lisboa: Gradiva [1981].
- SENA, Jorge de (1977) – *Dialécticas Teóricas da Literatura*. Lisboa: Edições 70.
- SILVA, Maria Graciete Gomes da Silva (2005) – *A literatura portuguesa, essa ficção. Para uma história crítica da historiografia literária portuguesa (Da*

*alçada da língua às implicações do magistério teofiliano*). Dissertação de doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa [Documento electrónico – disco óptico CD-ROM].

WELLEK, René (1983) – «El ocaso de la historia literaria», *Historia literaria. Problemas y conceptos* (selecção de Sergio Beser). Barcelona: Laia, pp. 245-60 [1982].

WELLEK, René e WARREN, Austin (s/d)- *Teoria da Literatura*, 5ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América [1949].

